



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9822 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

**PROCESSOS FORMATIVOS DE CONSCIÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA:
EXPERIÊNCIAS DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA PARAENSE**

Ellen Rodrigues da Silva Miranda - UFPA - Universidade Federal do Pará

**PROCESSOS FORMATIVOS DE CONSCIÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA:
EXPERIÊNCIAS DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA PARAENSE**

RESUMO: Investigação-tese em andamento, de abordagem qualitativa, com base no materialismo-histórico-dialético, procura compreender como ocorrem os processos formativos de consciência da classe trabalhadora, nos “chãos” de territórios quilombolas, na Amazônia Paraense, município de Mocajuba, Estado do Pará, diante das contradições operadas pelo capitalismo. Assim, encaminha-se nesta exposição alguns elementos como primeiros resultados de pesquisa, com base em observações livres anotadas em caderno de campo. Logo, essas primeiras observações demonstram, que as comunidades quilombolas experienciam em seus cotidianos lutas-resistências anticapitalistas e, suas associações se configuram como espaços-tempos de formação, que podem construir ou não consciências de classe econômico cultural.

Palavras-chave: Processos formativos. Quilombolas. Consciência de classe.

A hipótese construída, a partir de pesquisa de mestrado, de que lutas sociais cotidianas em defesa de modos de vida encaminham processos do que compreendemos como noção-conceito que pode vir a ser de *formação da consciência de classe econômico-cultural*, no contexto de experiência ou não nos Territórios Quilombolas, têm sido base para pesquisa de doutorado em andamento, levando-nos, neste momento, a apresentar elementos da materialidade produtivo-cultural dessas comunidades e como isso se configura em produção de resistências à ordem do capital, como possíveis evidências de uma consciência de classe.

Para tanto, procura-se articular conceitos, interrogando evidências, conforme Thompson (1981), de como ocorrem os processos formativos de consciência da classe trabalhadora, tomando como campo empírico os “chãos” de territórios quilombolas, na Amazônia Paraense, município de Mocajuba, Estado do Pará, diante das contradições operadas pelo capitalismo.

Em termos teóricos, esta investigação parte da unidade trabalho-educação como elemento importante para se compreender a constituição dessa consciência de classe, entendendo o trabalho, conforme Lukács (2003, p. 15), “[...] como mediador do metabolismo da sociedade com a natureza [...]”, que nos permite analisar as subjetividades, enquanto consciência de classe, oriundas desse trabalho como produtor da vida e das relações humanas. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, conforme Bogdan e Biklen (1994), com enfoque materialista-histórico-dialético, pois entendemos que a descrição de significados

precisa considerar a realidade concreta (KOSIK, 2002), no interior das contradições capital-trabalho.

Diante disso, os primeiros resultados desta investigação, com base em observações livres e anotações de campo, conforme Triviños (1987), coletadas em conversas informais com algumas lideranças quilombolas (2020-2021), encaminha pensar nesta exposição de que a formação da consciência de classe perpassa fundamentalmente pelo que Thompson (2020, p. 09) compreende como o “próprio fazer-se” da classe trabalhadora, que, para Lukács (2003, p. x), “[...] está longe de ser estável, ou de progredir segundo ‘leis’ mecânicas [...]” e portanto, conforme Marx e Engels (2009, p. 44), trata-se, “[...] desde o começo, de um produto social, e continuará a sê-lo enquanto existirem homens e mulheres”.

Assim, observações livres (2020-2021), anotadas em caderno de campo, demonstram que mulheres e homens em territórios quilombolas na Amazônia Paraense formam suas “consciências de si”, conforme Marx e Engels (2009), ao integrarem suas lutas, suas ações, relações humanas, experiências “[...] encarnadas em tradições, sistemas de valores e formas institucionais [...]”. Essas experiências vividas, sentidas e modificadas encaminham a formação, conforme Thompson (2020), de uma consciência de classe que também precisa ser tratada em termos culturais e não apenas econômicos.

Neste sentido, os territórios quilombolas da Amazônia Paraense, analisados nesta investigação, têm sido atravessados por diversos empreendimentos em prol do agronegócio, dentre eles monocultivos como da pimenta-do-reino, dendê, milho, soja, açaí irrigado, açaí de várzea, cacau, bem como fazendas de criação extensiva de gado, barragens, hidrelétricas, hidrovias, dentre outros. E as “experiências sentidas” por esses sujeitos em seus territórios demonstram que o Projeto de Sociedade Capitalista caminha a passos largos; contudo, tem também construído contradições, pois, embora sejam muitas as tentativas de várias formas de homogeneização, territórios com modos de vida tradicionais, a exemplo de Comunidades Quilombolas, têm resistido e procurado a seus modos se contrapor à ordem (SOUZA, 2020). Isso tem ocorrido, por exemplo, contraditoriamente, através de Associações Quilombolas, tais como observadas nesta investigação: Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Tambaí-Açu (ACREQTA), da Comunidade Remanescente de Quilombo São José de Icatu (CRESQJI) e Associação de Remanescente de Quilombos do Segundo Distrito de Mocajuba (ARQDMO).

Essas associações, no início de suas formações, conforme as observações livres e anotações de campo (2020-2021), foram pensadas como forma de organizar comunidades rurais institucionalmente, para terem acesso a crédito, moradia, estrada, energia, saúde, educação, ou seja, nasceram da necessidade de construir juridicamente instrumentos que pudessem representar as lutas da comunidade. Essa tomada de consciência, no entanto, não surgiu, como nos disse Thompson (2020, p. X), “[...] tal como o sol, numa hora determinada [...]”, mas a partir de “experiências percebidas” em sindicatos, movimento de comunidades de base cristã (Igreja Católica, final da década de 1970 até meados de 1990); ou seja, as experiências em movimentos sociais conduziram essas comunidades à consciência da necessidade da organização, diante da presença de modos de existir decorrentes do sociometabolismo do capital.

E é neste contexto que as Associações Quilombolas são criadas, já que as lideranças dessas comunidades, ao participarem de movimentos sociais como os evidenciados acima, conheceram lideranças de outras comunidades quilombolas que estavam em processo de auto reconhecimento e titulação de suas terras, direitos conquistados a partir da Constituição Federal de 1988, de maneira que o contato com o Movimento Negro deu base para reconfigurarem suas associações de produtores rurais para associações quilombolas. Ao

passarem por processos de auto declaração quilombola, puderam ter acesso ao reconhecimento da Fundação Palmares e Titulação de suas terras, o que abriu caminho para que tivessem acessos a políticas públicas específicas.

Por isso, compreendemos, ao relacionarmos com a teoria as observações livres anotadas, que a consciência de classe perpassa pela organização, sendo, conforme Lukács (2003, p.128) baseado em Rosa Luxemburgo, “[...] antes de tudo uma consequência do que uma condição prévia do processo [...]”, de modo que as trabalhadoras e os trabalhadores “[...] só podem se constituir em classe no processo e por ele”. Deste modo, a consciência de classe se constitui nos processos formativos da vida real, ou seja, na totalidade histórica.

Outrossim, homens e mulheres por meio do trabalho, ao partilharem lutas por sobrevivência de modos de vida, a exemplo do que está em curso em territórios quilombolas nas Amazônias, conforme Souza (2020), constroem, de acordo com Thompson (2020, p. X), “[...] identidades de interesses entre si [...]”, que têm formado consciências. Homens e mulheres, portanto, ao se diferenciarem de outros animais, constroem-se dialeticamente históricos, em processos que lhes são educativos.

Por outro lado, no movimento transformador da natureza e de si mesmos, mulheres e homens criam e [re]criam contraditoriamente novas necessidades, modos de ser, de viver. Produtos de suas criações, ao se ampliarem, mundializam-se, criam e recriam seus comércios, suas economias e se tornam, nas palavras de Mészáros (2011, p. 605), um “sistema capital” que muda o sentido do trabalho, recriando-o, dividindo-o.

De tal modo, estas transformações no(s) mundo(s) do trabalho, operadas pelo modo de vida capitalista, materialmente consumista, acumulador e competitivo, revelam mudanças, também, nos modos de vida de povos e comunidades tradicionais que, diferente do capitalismo, são sustentados/as em bases de um trabalho que produz em outra lógica, ou seja, produz economia-cultura com valores de cuidar do outro, cuidar da água, da floresta, dos seus territórios, coletivamente. Todavia, quando são “seduzidos” ideologicamente pelo capitalismo para saírem de seus trabalhos das roças e passarem a trabalhar para os “patrões” por salários semanais (ou quinzena trabalhada), como forma de complementação de renda, em fazendas de gado, monocultivos de pimenta-do-reino, soja, milho, dendê, açaí-irrigado, etc., suas formas de produzir a vida tendem a se transformar, causando tentativas de homogeneização de heterogenias crucias para a sobrevivência de seus territórios.

Neste sentido, embora esse trabalhador/a rural, de povo/comunidade tradicional, esteja sujeito de certa maneira ao capital e suas diversas faces, contraditoriamente constrói experiências que o faz pensar-resistir a partir de práticas de trabalho associado, como o mutirão. Experiência que temos observado nos territórios quilombolas como configurações, conforme Pistrack (2018), de *escolas do trabalho* que produzem consciência social ao se estender para outras “escolas”, como dos movimentos sociais (Quilombolas, Indígenas, MST, MAB, Sindicatos, Associações), unindo forças na luta por justiça, direitos.

Defendemos, diante dessas considerações, que o fazer-se da *formação da consciência de classe econômico-cultural* se evidencia na contradição capital-trabalho, pois, conforme Lukács (2003, p. 126), quando as/os trabalhadores/as “reconhecem sua situação, eles agem. Ao combater o capitalismo, reconhece sua situação na sociedade”. Entretanto, embora concordando com Lukács (2003) que a consciência de classe é um processo dialético, precisamos tomar cuidado e, como aprendemos em Thompson (1981), as evidências não são o espelho do que dizemos que são, portanto, precisam ser questionadas constantemente, sendo essa “bússola” que estamos a aprofundar no desenvolvimento da construção de tese em andamento.

Com isso, torna-se necessário compreender que, mesmo com o esforço das comunidades quilombolas diante do capital a se manterem no *costume*, que envolve trabalho e cultura, precisamos, conforme Tiriba e Fischer (2015), tomar cuidado com os idealismos criados, de modo a não fazermos análises idílicas sobre povos/comunidades tradicionais e seus territórios.

Assim, as comunidades tradicionais por estarem vivenciando, majoritariamente, a centralidade do trabalho e neste fazer-se, [re]constroem a consciência de si (MARX, ENGELS, 2009), através de formas de economia-cultura que se diferem dos objetivos do modo de produção capital, podem ser compreendidas como experiências anticapitalistas e, portanto, formadoras de consciências que temos compreendido como de classe econômico-cultural, pois resistem ao capitalismo econômico e culturalmente. Isso ocorre, por exemplo, ao produzirem o sustento das famílias, comercializam apenas o excedente, garantem a soberania alimentar de seus territórios e, ainda produzem, sentimentos de pertencimento, valores, cultura.

A busca por compreender como se constitui a formação da consciência de classe econômico-cultural, tem-nos direcionado a perspectiva do contraditório processo de (re)construção dos quilombos, diante da realidade objetiva do sistema capital. Daí que precisamos pensar nos trabalhadores e trabalhadoras e suas resistências antes da fábrica, durante a fábrica, e também procurar entendê-los/las em experiências de outros chãos para além da fábrica. E, deste modo, ampliar horizontes para “[...] pensar as experiências de classe e os movimentos sociais de resistência, das *classes trabalhadoras* contra a opressão capitalista” (CIAVATTA, 2018, p. 70) também em territórios quilombolas.

Em tal sentido, precisamos, entretanto, compreender que a formação da consciência de classe perpassa por duas dimensões: necessidades e organização política, pois na medida em que existe “[...] um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não *constituem* classe nenhuma [...]”. (MARX, 2011, p. 142-143, grifos nossos).

Desta forma, a investigação em curso encaminha pensar sobre a noção-conceito que pode vir a ser: *formação da consciência de classe econômico-cultural* considerando, conforme Tiriba (2018, p. 84): “[...] os modos de fazer, sentir e pensar de homens e mulheres” que lutam pela vida como valor de uso e não de troca.

REFERÊNCIAS

- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.
- CIAVATTA, Maria. A historicidade do conceito de Experiência. *In*: MAGALHÃES, Livia Diana R.; TIRIBA, Lia. **Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação**. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2018.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. Tradução: Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl. **18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad.: Nélcio Schneider. São Paulo:

Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PISTRACK, Moisey Mikhaylovick (1888-1940). **Fundamentos da escola do trabalho**. Tradução: Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SOUZA, William K. do A. **Trabalho-Educação, Economia e Cultura em Povos e Comunidades Tradicionais: A reafirmação de modos de vida como formas de resistências**. Tese de doutorado. Orientadora: Prof. Dra. Lia Tiriba. Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ, 2020.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **R. Educ. Públ.**, Cuiabá, v. 24, n. 56, p. 405-428, mai./ago. 2015.

TIRIBA, Lia. Fios invisíveis do(s) mundo(s) do trabalho: A experiência à lupa. *In*: MAGALHÃES, Lívia Diana R.; TIRIBA, Lia (org.). **Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação**. Uberlândia, MG: Navegando, 2018.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica do pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 11^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução as pesquisas em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.